

Sumário

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	5
PREFÁCIO.....	9
APRESENTAÇÃO.....	13
NOTA INTRODUTÓRIA.....	15
§ 1 – CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	25
I. Fundação como tipo ideal e como conceito legal.....	27
II. Atividade da fundação.....	31
1. Papel regulador permanente da finalidade fundacional.....	31
2. Possíveis finalidades (benefício de uma coletividade e relevância social).....	34
3. Concretização da finalidade.....	37
a) Grau de determinação da finalidade.....	38
b) Pluralidade de finalidades.....	39
c) Escopo-meio ou objeto.....	40
4. Atuação econômica (fundações exercentes de atividade econômica)....	41
a) Atuação econômica imediata.....	42
b) Atuação econômica mediata (participação em sociedades empresárias).....	44
c) Fundações faticamente controladas.....	46
III. Regime jurídico.....	47
1. Regime de direito privado.....	47
2. Regimes especiais.....	49
a) Declaração de Utilidade Pública – Lei nº 91/35.....	49
b) Certificação da Entidade Beneficente (antigo CEBAS) – LC nº 187/21.....	50
c) Organizações Sociais (OS) – Lei nº 9.637/98.....	51
d) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) – Lei nº 9.790/99.....	52

§ 2 – PERSONALIDADE JURÍDICA DAS FUNDAÇÕES	53
I. Personalidade jurídica como técnica de imputação e titularidade.....	55
II. Fenômeno associativo e fenômeno limitador de responsabilidade.....	56
III. Fenômeno fundacional	58
1. Origem canônica.....	59
2. Dificuldades especiais.....	59
3. Potencial	60
IV. Distinção de outros institutos afins	60
V. Desconsideração da personalidade jurídica.....	63
§ 3 – CRIAÇÃO DAS FUNDAÇÕES	67
I. Negócio jurídico fundacional	69
1. Elementos categoriais inderrogáveis	72
a) Vontade de criar pessoa jurídica	73
b) Determinação da finalidade.....	74
c) Dotação de bens livres e suficientes.....	75
2. Características da dotação	75
a) Natureza meramente obrigacional.....	75
b) Regime 'sui generis'	79
c) Possíveis bens	80
d) Bens livres e suficientes	82
e) Dotação continuada	86
3. Classificação.....	88
a) Unilateral e não receptício	88
b) Gratuito	90
c) Obrigacional (não dispositivo)	91
d) Formal.....	92
e) Constitutivo	92
4. Requisitos subjetivos do instituidor	93
a) Capacidade.....	93
b) Legitimidade.....	94
c) Outros requisitos.....	95
5. Termo, condição e encargo.....	96
6. Revogabilidade	98
7. Impugnação	100

a) Impugnação por credores	101
b) Impugnação por herdeiros	102
c) Outras hipóteses de impugnação	103
II. Registro	103
1. Fator de eficácia para a constituição da pessoa jurídica	104
2. Exame prévio do estatuto pelo Ministério Público	104
a) Natureza da autorização	105
b) Margem de discricionariedade	105
3. Situação anterior ao registro	106
III. Transferência dos bens dotados.....	107
§ 4 – PATRIMÔNIO DAS FUNDAÇÕES	111
I. Afetação à finalidade e regime de vinculação patrimonial	113
II. “Inalienabilidade relativa” do ativo não circulante.....	114
1. Conformação dogmática da inalienabilidade dos bens fundacionais ...	114
2. Bens sujeitos à inalienabilidade.....	117
3. Requisitos para a alienação	119
4. Consequências da violação da inalienabilidade	120
§ 5 – ESTATUTO DAS FUNDAÇÕES.....	121
I. Natureza jurídica	123
II. Redação do estatuto.....	123
1. Conteúdo necessário	123
a) Denominação, sede e tempo de duração	123
b) Finalidade	124
c) Patrimônio, rendimentos e forma de aplicação	124
d) Organização e discriminação dos órgãos.....	125
e) Fixação do exercício financeiro e do regime orçamentário.....	125
f) Procedimento de reforma estatutária	125
g) Hipóteses de extinção e destinação do patrimônio	126
h) Responsabilidade dos administradores	126
2. Conteúdo suplementar.....	126
III. Legitimidade para elaborar o estatuto	127
IV. Mudanças no estatuto	127
1. Modo de alteração	127

2. Limites para alteração	129
3. Participação do Ministério Público	130
4. Minoria vencida	130
§ 6 – REORGANIZAÇÃO ESTRUTURAL DAS FUNDAÇÕES	133
I. Transformação em outra espécie de pessoa jurídica?	135
II. Transformação em outro tipo de fundação.....	137
III. Fusões e aquisições	138
1. Possibilidade	138
2. Regras aplicáveis	140
§ 7 – ÓRGÃOS DAS FUNDAÇÕES	143
I. Administração.....	147
1. Estrutura unitária ou dual.....	147
a) Conselho Curador.....	148
b) Diretoria Executiva.....	148
c) Reunião conjunta do Conselho e da Diretoria	148
2. Forma de nomeação	149
3. Autonegação pelo instituidor	150
4. Gestão dos negócios da fundação	150
5. Apresentação da fundação.....	151
a) Limites dos poderes de representação (relação externa)	152
b) Legitimação para ratificação dos atos ineficazes.....	152
c) Competências orgânicas peculiares da administração das fundações	153
6. Deveres fiduciários.....	153
7. Responsabilidade dos administradores de fundações	155
a) Pressupostos e natureza da responsabilidade.....	155
b) Legitimação.....	157
c) Instrumentos processuais	159
8. Remuneração dos administradores.....	160
9. Nulidade e anulabilidade das deliberações da administração	162
II. Fiscalização interna.....	164
III. Situação jurídica dos destinatários da fundação	166

§ 8 – FISCALIZAÇÃO DAS FUNDAÇÕES PELO MINISTÉRIO PÚBLICO	167
I. Papel do Ministério Público em relação às fundações	170
II. Divisão interna de competências do Ministério Público	174
III. Prerrogativas	175
1. Medidas preventivas	176
a) Inspecionar instalações e documentos e requisitar informações .	176
b) Exigir contas	177
c) Autorizar atos de administração extraordinária e intervir na sua realização	178
d) Recomendar determinados atos, sob pena de responsabilidade..	178
2. Medidas repressivas	179
a) Intervir em processos como assistente.....	179
b) Impugnar atos em juízo	181
c) Requerer judicialmente o sequestro dos bens indevidamente alienados	181
d) Propor ação de responsabilidade civil contra administradores.....	182
e) Requerer a remoção de administradores faltosos (e a nomeação de administrador judicial).....	182
f) Intervir diretamente na administração da fundação	184
g) Requerer a extinção da fundação.....	184
§ 9 – EXTINÇÃO DAS FUNDAÇÕES	187
I. Hipóteses de extinção.....	191
1. Termo final ou condição resolutiva	192
2. Ilícitude, impossibilidade ou inutilidade superveniente do fim	192
II. Legitimados para requerer e efetivar a extinção	195
III. Destinação do patrimônio	196
1. Incorporação do patrimônio a outra fundação de fim igual ou semelhan- te	197
2. Problemas relativos à reversão dos bens	198
IV. Fundações insolventes	200

BIBLIOGRAFIA.....	205
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO.....	213
ÍNDICE ONOMÁSTICO	223
ÍNDICE DE DECISÕES CITADAS	229